



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Conferência em www.tcees.tc.br
Identificador: E10B8-2EB64-344B1



Certidão de trânsito em julgado 00218/2022-8

Processo: 02348/2021-2

Classificação: Prestação de Contas Anual de Ordenador

Certifica esta Secretaria Geral das Sessões, nos termos do artigo 305 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013, que o **Acórdão 01409/2021-8** transitou em julgado em 15 de fevereiro de 2022, dia subsequente ao término do prazo recursal, com base no art. 3º da Decisão Plenária Nº 18/2020.

Vitória, 18 de fevereiro de 2022.

Vanessa de Oliveira Ribeiro
Coordenadora

Assinado por
VANESSA DE OLIVEIRA
RIBEIRO
18/02/2022 15:28



Acórdão 01409/2021-8 - 2ª Câmara

Processo: 02348/2021-2

Classificação: Prestação de Contas Anual de Ordenador

Exercício: 2020

UG: CMST - Câmara Municipal de Santa Teresa

Relator: Marco Antônio da Silva

Interessado: EVANILDO JOSE SANCIO

Responsável: BRUNO HENRIQUES ARAUJO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2020 – REGULAR – QUITAÇÃO – DAR CIÊNCIA – ARQUIVAR.

O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA:

1. DO RELATÓRIO:

Tratam os autos da Prestação de Contas Anual da **Câmara Municipal de Santa Teresa**, referente ao **exercício de 2020**, sob a responsabilidade do **Sr. Bruno Henriques Araújo**.

Considerando a completude apresentada na análise de mérito contida no **Relatório Técnico 00305/2021-5**, o **Núcleo de Controle Externo de Contabilidade - NContas**, por meio da **Instrução Técnica Conclusiva 05146/2021-8**, opinou pelo julgamento **REGULAR** das contas do responsável.

Assinado por
MARCO ANTONIO DA
SILVA
09/12/2021 21:51

Assinado por
HERON CARLOS GOMES
DE OLIVEIRA
09/12/2021 17:04

Assinado por
DOMINGOS AUGUSTO
TAUFNER
08/12/2021 18:55

Assinado por
SERGIO MANOEL NADER
BORGES
08/12/2021 15:54

Assinado por
LUCIARLENE SANTOS
RIBAS
08/12/2021 15:33

O **Ministério Público de Contas**, por meio do **Parecer 05877/2021-2**, de lavra do Procurador Dr. Luciano Vieira, anuiu aos argumentos fáticos e jurídicos delineados na Instrução Técnica Conclusiva.

É o Relatório. Passo a fundamentar.

VOTO

2. DA FUNDAMENTAÇÃO:

Analizados os autos, verifico que a área técnica e o Ministério Público de Contas manifestaram-se pela **regularidade** das contas do responsável, na forma do artigo 84, I, da lei complementar estadual 621/2012, conforme os fundamentos expostos pelo corpo técnico no **Relatório Técnico 00305/2021-5** e na **Instrução Técnica Conclusiva 05146/2021-8**, abaixo transcritos:

Instrução Técnica Conclusiva 05146/2021-8

Considerando a completude apresentada na análise de mérito contida no Relatório Técnico 305/2021, que preenche, portanto, os requisitos estabelecidos no artigo 319 do RITCEES, nos manifestamos pelo julgamento do presente feito nos moldes ali sugeridos, anuindo-se aos argumentos fáticos e jurídicos descritos na referida peça técnica, que nestes termos se pronunciou:

9. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

A prestação de contas anual analisada refletiu a conduta do presidente da Câmara Municipal de Santa Teresa, sob a responsabilidade de BRUNO HENRIQUE ARAUJO, em suas funções como ordenador de despesas, no exercício de 2020.

Respeitado o escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, a análise consignada neste Relatório Técnico teve por base as informações apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo responsável, nos termos da Instrução Normativa TC 68/2020.

Sob o aspecto técnico-contábil, opina-se pelo julgamento regular da prestação de contas sob a responsabilidade de BRUNO HENRIQUE

ARAUJO, no exercício de 2020, na forma do artigo 84 da Lei Complementar Estadual 621/2012.

Compulsando detidamente os autos, observo que o feito se encontra devidamente instruído, considerando o atendimento a todos os trâmites legais e regimentais, estando apto ao julgamento de mérito.

Assim, constato que a área técnica, em análise aos pontos de controle, verificou a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis, não registrando inconsistências quanto a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

No tocante ao recolhimento de contribuições previdenciárias, do confronto entre os valores registrados pela unidade gestora e os valores devidos apurou-se que estão dentro dos limites aceitáveis, para fins de análise das contas. Não há registro de parcelamentos de débitos previdenciários.

Quanto ao atendimento dos limites legais, observa-se a obediência ao limite de Despesas com pessoal (art. 18 a 23 da LC 101/2000 - LRF), bem como não houve a realização de despesas vedadas pelo art. 8º da LC 173/2000 nem mesmo a expedição de ato nos últimos 180 dias de mandato que resultassem em aumento de despesas com pessoal, cumprindo o art. 21, II a IV da LRF.

Verifico também que não houve a inscrição de restos a pagar não processados pelo Poder Legislativo (art. 55 da LRF) sem disponibilidade financeira suficiente para pagamento, como também não contraiu obrigações de despesas nos dois últimos quadrimestres do último ano de mandato e inscritas em restos a pagar processados e não processados, com insuficiência de disponibilidade de caixa.

No que se refere aos limites impostos pela Constituição da República, verifico a obediência aos seguintes limites:

- Gasto individual com subsídio dos vereadores;
- Gastos totais com a remuneração dos vereadores;
- Gastos totais com a folha de pagamento do Poder Legislativo;

- Gastos totais do Poder Legislativo;

Quanto à documentação encaminhada pelo Controle Interno, em atendimento a IN 68/2020, não foram apontados indicativos de irregularidades.

Desse modo, dos elementos constantes dos autos, **entendo que assiste razão à área técnica e o Ministério Público de Contas, quanto à regularidade das contas em apreço**, na forma do artigo 84, I, da Lei Complementar Estadual 621/2012, motivo pelo qual adoto tais posicionamentos como razão de decidir.

3. DOS DISPOSITIVOS:

Ante o exposto, **acompanhando o posicionamento técnico e ministerial**, **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a minuta de deliberação que submeto à apreciação.

Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha

Conselheiro Relator

1. ACÓRDÃO TC-1409/2021:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo voto do então relator, Conselheiro Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha, computado conforme o art. 86, § 2º do Regimento Interno, em:

1.1. JULGAR REGULAR a prestação de contas anual do **Sr. Bruno Henrique Araújo**, referente ao exercício de 2020, na forma do artigo 84, inciso I e 85 da Lei Complementar Estadual 621/2012, no exercício de funções de ordenador de despesas da Câmara Municipal de Santa Teresa, **dando-lhe quitação**;

1.2. DAR CIÊNCIA aos interessados, **ARQUIVANDO-SE** os autos, após trânsito em julgado.

2. Unânime, nos termos do voto do então relator, Conselheiro Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha, computado conforme o art. 86, §2º, do Regimento Interno.

3. Data da Sessão: 03/12/2021 - 56ª Sessão Ordinária da 2ª Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Manoel Nader Borges (presidente) e Domingos Augusto Taufner.

4.2. Conselheiro substituto: Marco Antonio da Silva (relator, nos termos art. 86, § 4º do Regimento Interno).

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

Presidente

CONSELHEIRO EM SUBSTITUIÇÃO MARCO ANTONIO DA SILVA

Relator, nos termos art. 86, § 4º do Regimento Interno

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

Fui presente:

PROCURADOR DE CONTAS HERON CARLOS GOMES DE OLIVEIRA

Em substituição ao procurador-geral

LUCIRLENE SANTOS RIBAS

Subsecretária das Sessões